

No. 28031

**BRAZIL
and
SURINAME**

**Agreement for the prevention, control and snppression of the
illicit prodnction, traffic and consumption of narcotics
and psychotropic substances. Signed at Paramaribo on
3 March 1989**

Authentic texts: Portuguese, Dutch and English.

Registered by Brazil on 18 April 1991.

**BRÉSIL
et
SURINAME**

**Accord relatif à la préventiou, à la réglementation et la ré-
pression de la production, du trafic et de la consom-
mation illicites de stupéfiants et de substances psycho-
tropes. Sigué à Paramaribo le 3 mars 1989**

Textes authentiques : portugais, néerlandais et anglais.

Enregistré par le Brésil le 18 avril 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA
A PREVENÇÃO, CONTROLE E REPRESSÃO DA PRODUÇÃO,
TRÁFICO E CONSUMO ILÍCITOS DE ENTORPECENTES E
SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Suriname

(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Conscientes de que o cultivo, a produção, a extração, a fabricação, a transformação e o comércio ilícitos de entorpecentes, substâncias psicotrópicas e substâncias frequentemente utilizadas na sua fabricação ilícita, bem como a organização, a facilitação e o financiamento de atividades ilícitas relacionadas com tais produtos solapam suas economias e põem em perigo a saúde física de seus povos, em detrimento de seu desenvolvimento socio-econômico, e atentam, em alguns casos, contra a segurança dos dois Estados;

Reconhecendo a importância da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas (doravante denominada "Convenção de Viena de 1988"), que ambos os países assinaram, em Viena, em 20 de dezembro de 1988, a qual incorpora conceitos visando a tratar de modo mais efetivo os vários aspectos do problema das drogas;

Convencidos da necessidade de ambos os países adotarem medidas complementares para combater todos os tipos de delitos relacionados com o cultivo, a produção, o consumo e o tráfico ilícitos de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas;

Considerando a conveniência de estabelecer-se uma fiscalização rigorosa sobre a produção, distribuição e comercialização das matérias primas e substâncias frequentemente utilizadas na fabricação de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas;

Interessados em estabelecer meios que facilitem a comunicação direta entre as autoridades competentes de ambos os Estados, bem como a troca permanente de informações a respeito de todas as atividades relacionadas com a produção, tráfico e consumo ilícitos de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas, e

Levando em consideração seus dispositivos constitucionais, legais e administrativos,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes concordam em coordenar os esforços das respectivas autoridades competentes no sentido de evitar o cultivo, a produção e o consumo ilícitos de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e das substâncias frequentemente utilizadas para sua fabricação ilícita, reprimir o tráfico ilícito dos mesmos e estabelecer e operar um sistema para sua fiscalização.

ARTIGO II

As Partes Contratantes adotarão medidas no sentido de desencorajar a veiculação pública de mensagens que estimulem ou induzam ao consumo de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas.

ARTIGO III

As Partes Contratantes estabelecerão mecanismos que possibilitem a suas respectivas agências intercambiar informações concernentes à fiscalização e detecção de embarcações, aeronaves ou outros meios de transporte suspeitos de estarem transportando ilícitamente entorpecentes e substâncias psicotrópicas ou substâncias frequentemente utilizadas na sua fabricação ilícita.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes comprometem-se a apreender e a confiscar, de acordo com suas respectivas legislações internas, quaisquer aeronaves, embarcações ou outros meios de transporte empregados no tráfico, na distribuição, no armazenamento ou no

transporte ilícitos de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas ou de substâncias frequentemente utilizadas na sua fabricação ilícita, bem como de qualquer equipamento ou material utilizado para essas finalidades.

ARTIGO V

As Partes Contratantes adotarão medidas administrativas para:

- a) impedir a organização, a administração e o financiamento do cultivo, da produção, da fabricação e do tráfico ilícitos de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- b) de conformidade com suas respectivas legislações internas, estabelecer um sistema voltado para facilitar a identificação, o reconhecimento, o embargo ou a apreensão e o confisco dos lucros, tal como definidos pela Convenção de Viena de 1988.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes proporcionarão, para fiscais aduaneiros responsáveis pela repressão ao tráfico ilícito, treinamento permanente em matéria de investigação e confisco de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas, bem como de substâncias utilizadas em sua fabricação ilícita.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes deverão empenhar-se com o objetivo de prestar apoio mútuo nas áreas da prevenção à dependência de drogas e do tratamento e reabilitação de farmacodependentes.

ARTIGO VIII

As Partes Contratantes trocarão informações sobre:

- a) situação e tendência internas do uso indevido e do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;

- b) normas internas que regulam a organização dos serviços de prevenção à dependência de drogas e de tratamento e reabilitação de farmacodependentes;
- c) dados relativos à identificação individual dos traficantes e de seus associados, e aos métodos de ação por eles utilizados;
- d) toda autorização para importação ou exportação de matérias primas que possam ser utilizadas para a produção de entorpecentes, inclusive substâncias frequentemente usadas na fabricação de entorpecentes e substâncias psicotrópicas; o volume dessas operações; as fontes de suprimento interno e externo; as tendências e projeções do uso lícito de tais produtos, de maneira a facilitar a identificação de eventuais encomendas para fins ilícitos;
- e) fiscalização e vigilância da distribuição e do receituário médico de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas, e
- f) descobertas científicas no campo da farmacodependência.

ARTIGO IX

Com vistas à consecução dos objetivos do presente Acordo, as Partes Contratantes, por meio de representantes dos dois Governos, reunir-se-ão, por solicitação de uma das Partes, para:

- a) examinar quaisquer questões relativas à execução do presente Acordo, e
- b) submeter a seus respectivos Governos recomendações consideradas pertinentes para a implementação do presente Acordo.

ARTIGO X

As Partes Contratantes concordam em adotar todas as medidas necessárias para garantir o cumprimento do presente Acordo, inclusive

os procedimentos relativos a cartas-rogorias, encaminhadas às respectivas autoridades judiciais, sobre procedimentos resultantes da execução do presente Acordo. O previsto neste Artigo não afetará os direitos das Partes Contratantes de solicitar o envio, pelos canais diplomáticos, de documentos legais relevantes.

ARTIGO XI

O presente Acordo poderá ser modificado por mútuo consentimento entre as Partes Contratantes, em consonância com as respectivas disposições constitucionais.

ARTIGO XII

1. Cada Parte Contratante notificará a outra sobre a conclusão das formalidades requeridas por suas leis internas para a aprovação deste Acordo, o qual entrará em vigor na data de recebimento da segunda dessas notificações.

2. O presente Acordo terá vigência de dois anos, e será automaticamente prorrogado por períodos iguais, a menos que uma das Partes Contratantes, por via diplomática, comunique sua intenção de dolo por terminado. O término se efetuará noventa dias após o recebimento de tal notificação.

Feito em Paramaribo, aos 03 dias do mês de março de 1989, em dois exemplares originais nas línguas portuguesa, holandesa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:

[Signed — Signé]

PAULO TARSO FLECHA DE LIMA

Pelo Governo
da República do Suriname:

[Signed — Signé]

EDWIN SEDOC

[DUTCH TEXT — TEXTE NÉERLANDAIS]

OVEREENKOMST TUSSEN DE REGERING VAN DE FEDERATIEVE REPUBLIEK BRAZILIE EN DE REGERING VAN DE REPUBLIEK SURINAME INZAKE HET VOORKOMEN, BETEUGELLEN EN BESTRIJDEN VAN DE ILLEGALE PRODUCTIE EN CONSUMPTIE VAN EN HANDEL IN VERDOVENDE MIDDELEN EN PSYCHOTROPE STOFFEN

De Regering van de Federatieve Republiek Brazilië
en

De Regering van de Republiek Suriname
(hiernavolgend genoemd de "Overeenkomstsluitende Partijen"),

Zich ervan bewust dat de illegale teelt, produktie, vervaardiging of verwerking van verdovende middelen en psychotrope stoffen en van de substanties die doorgaans gebruikt worden bij de illegale vervaardiging daarvan; de handel in, alsmede het organiseren, mogelijk maken en financieren van activiteiten daarmee verband houdende hun economieën ondermijnen en de fysieke gezondheid van hun volken in gevaar brengen, daarbij hun sociaal-economische ontwikkeling benadelend en, in bepaalde gevallen, een gevaar vormend voor de veiligheid van beide Staten;

Het belang erkennend van de Verenigde Naties Conventie inzake de illegale Handel in Verdovende Middelen en Psychotrope Stoffen (hiernavolgend genoemd de "Conventie van Wenen, 1988"), door beide landen ondertekend te Wenen op 20 december 1988, welke ideeën behelst voor een effectievere aanpak van de diverse aspecten van het probleem;

Ervan overtuigd dat beide landen aanvullende maatregelen dienen te nemen ter bestrijding van elke overtreding verband houdende met de illegale teelt, produktie en consumptie van en handel in verdovende middelen en psychotrope stoffen;

Indachtig de wenselijkheid van een vastgelegd strikt controle-systeem betreffende de produktie, verspreiding en commerciële aanwending van grondstoffen en substanties die doorgaans gebruikt

worden voor de illegale vervaardiging van verdovende middelen en psychotrope stoffen;

Geïnteresseerd in het totstandbrengen van middelen ter vergemakkelijking van de directe communicatie tussen de bevoegde autoriteiten van beide Staten en een permanente uitwisseling van informatie over alle activiteiten verband houdende met de illegale produktie en consumptie van en handel in verdovende middelen en psychotrope stoffen; en

Rekening houdende met hun constitutionele, wettelijke en administratieve systemen,

Zijn als volgt overeengekomen:

Artikel I

De Overeenkomstsluitende Partijen hebben besloten de activiteiten van hun respectieve bevoegde autoriteiten te coördineren teneinde de illegale teelt, produktie en consumptie van verdovende middelen en psychotrope stoffen, alsmede van de substanties die doorgaans gebruikt werden bij de illegale vervaardiging daarvan, te voorkomen, de illegale handel te bestrijden en een controlesysteem in te stellen en te hanteren.

Artikel II

De Overeenkomstsluitende Partijen zullen maatregelen nemen om de algemene verspreiding van hoedschappen die aansporen of verleiden tot de consumptie van verdovende middelen en psychotrope stoffen, tegen te gaan.

Artikel III

De Overeenkomstsluitende Partijen zullen methoden vaststellen waarop hun respectieve instellingen informatie kunnen uitwisselen over de surveillance en opsporing van vaartuigen, vliegtuigen en andere transportmiddelen verdacht van het illegaal transporteren van verdovende middelen en psychotrope stoffen en de substanties die doorgaans gebruikt worden bij de illegale vervaardiging daarvan.

Artikel IV

De Overeenkomstsluitende Partijen verbinden zich om conform hun respectieve nationale wetten en voorschriften, elk vliegtuig, vaartuig of ander transportmiddel dat gebruikt wordt voor de illegale handel in, verspreiding, opslag of overdracht van verdovende middelen en psychotrope stoffen of de substanties die doorgaans gebruikt worden voor de illegale vervaardiging daarvan, evenals enig(e) fabriek, machine en apparaat gebruikt voor deze activiteiten, aan te houden en in beslag te nemen.

Artikel V

De Overeenkomstsluitende Partijen zullen administratieve maatregelen treffen:

- a) ter voorkoming van het organiseren, beheren en financieren van de illegale teelt, produktie, vervaardiging van en handel in verdovende middelen en psychotrope stoffen;
- b) overeenkomstig hun respectieve wetten en voorschriften een systeem in te stellen om het identificeren, opsporon, bevrozen of in beslag nemen van opbrengsten als gedefinieerd in de Conventie van Wenen (1988) mogelijk te maken.

Artikel VI

De Overeenkomstsluitende Partijen zullen douanefunktionarissen die belast zijn met het bestrijden van de illegale handel, continue training verschaffen in het onderzoek naar en de inbeslagneming van verdovende middelen en psychotrope stoffen en de stoffen die doorgaans gebruikt worden bij de illegale vervaardiging daarvan.

Artikel VII

De Overeenkomstsluitende Partijen zullen trachten elkaar te assisteren bij het voorkomen van verslaving aan verdovende middelen en de behandeling en rehabilitatie van verslaafden aan verdovende middelen.

Artikel VIII

De Overeenkomstsluitende Partijen zullen informatie uitwisselen verband houdende met:

- a) de interne situatie en tendensen betreffende de consumptie van en de handel in verdovende middelen en psychotrope stoffen;
- b) de interne normen voor de organisatie van diensten ter voorkoming van verslaving aan verdovende middelen en de behandeling en rehabilitatie van verslaafden aan verdovende middelen;
- c) gegevens betreffende het identificeren van individuele handelaren in verdovende middelen, hun partners en hun operatiemethoden;
- d) enige machtiging gegeven voor de import en export van grondstoffen die gebruikt kunnen worden bij de produktie van verdovende middelen inclusief substanties die doorgaans gebruikt worden bij de illegale vervaardiging van verdovende middelen en psychotrope stoffen; de omvang van die activiteiten; de binnenlandse en buitenlandse bronnen van levering; de projectie-tendensen betreffende de legale consumptie van dergelijke produkten zodat mogelijke bestellingen voor illegale doeleinden geïdentificeerd kunnen worden;
- e) de supervisie over en surveillance van de distributie van medische recepten voor verdovende middelen en psychotrope stoffen; en
- f) wetenschappelijke bevindingen op het gebied van verslaving aan verdovende middelen.

Artikel IX

Ter verwezenlijking van de doelstellingen van de onderhavige Overeenkomst, zullen de Overeenkomstsluitende Partijen middels vertegenwoordigers van de beide Regeringen bijeenkomen om:

- a) elke kwestie betreffende de implementering van deze Overeenkomst te onderzoeken;
- b) hun respectieve regeringen aanbevelingen te doen die van toepassing op de implementatie van deze Overeenkomst worden geacht.

Artikel X

De Overeenkomstsluitende Partijen hebben besloten alle maatregelen te treffen die nodig mochten zijn om de naleving van deze Overeenkomst te garanderen, inclusief de procedures verband houdende met rogatoire commissies vanwege hun respectieve rechterlijke autoriteiten in verband met enige gerechtelijke actie voortvloeiende uit de uitvoering van deze Overeenkomst. Dit artikel wordt niet geacht van invloed te zijn op de rechten van de Overeenkomstsluitende Partijen om te eisen dat relevante wettelijke documenten via diplomatieke kanalen worden verstuurd.

Artikel XI

Deze Overeenkomst kan gewijzigd worden bij wederzijdse instemming van de Overeenkomstsluitende Partijen, rekening houdende met hun respectieve grondwettelijke bepalingen.

Artikel XII

1. Elk der Overeenkomstsluitende Partijen zal de andere in kennis stellen van de vervulling van de krachtens haar interne wetgeving vereiste formaliteiten voor de goedkeuring van deze Overeenkomst, die in werking zal treden op de datum van ontvangst van de tweede van deze kennisgevingen.
2. Deze Overeenkomst heeft een geldigheidsduur van twee (2) jaar en zal automatisch verlengd worden met periodes van gelijke duur, tenzij één der Overeenkomstsluitende Partijen deze middels kennisgeving via diplomatieke kanalen opzegt. De beëindiging wordt negentig dagen na ontvangst van genoemde kennisgeving van kracht.

Gedaan te Paramaribo, op 1989, in 2 originele exemplaren, elk in de Portugese, Nederlandse en Engelse taal, zijnde de drie teksten gelijkelijk authentiek.

In geval de Portugese en de Nederlandse tekst verschillend kunnen worden uitgelegd is de Engelse tekst beslissend.

Voor de Regering
van de Federatieve Republiek Brazilia:
[Signed — Signé]¹

Voor de Regering
van de Republiek Suriname:
[Signed — Signé]²

¹ Signed by Paulo Tarso Flecha de Lima — Signé par Paulo Tarso Flecha de Lima.

² Signed by Edwin Sedoc — Signé par Edwin Sedoc.

AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF SURINAME FOR THE PREVENTION, CONTROL AND SUPPRESSION OF THE ILLICIT PRODUCTION, TRAFFIC AND CONSUMPTION OF NARCOTICS AND PSYCHOTROPIC SUBSTANCES

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Republic of Suriname
(hereinafter called "Contracting Parties"),

Conscious that the illegal cultivation, production, extraction, manufacturing or processing of narcotic drugs and psychotropic substances and of the substances frequently used in their illegal manufacturing, the trade in such drugs and substances, as well as the organization, facilitation and financing of activities related thereto undermine their economies and endanger the physical health of their peoples, to the detriment of their socio-economic development, and in some cases threaten the security of both States;

Acknowledging the importance of the United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances (hereinafter called "Vienna Convention of 1988"), signed in Vienna by both countries on December 20th, 1988,² which incorporates concepts addressing more effectively the various aspects of the drug problem;

Convinced of the necessity that both countries adopt complementary measures to combat all types of offenses associated with the illicit cultivation, production, consumption and traffic of narcotics and psychotropic substances;

Bearing in mind the desirability of establishing a rigorous supervision of the production, distribution and commercial use of raw

¹ Came into force on 7 August 1990, i.e., the date of receipt of the last of the notifications by which the Parties informed each other of the completion of the required internal formalities, in accordance with article XII (1).

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 1582, No. I-27627.

materials and substances that are frequently used in the illicit manufacturing of narcotic drugs and psychotropic substances;

Interested in establishing means which may facilitate direct communication between the competent authorities of both States and a permanent exchange of information concerning all activities related to the illicit production, consumption and traffic of narcotics and psychotropic substances, and

Taking into consideration their constitutional, legal and administrative systems,

Agree to the following:

ARTICLE I

The Contracting Parties agree to coordinate the efforts of their respective competent authorities in order to prevent the illicit cultivation, production and consumption of narcotic drugs and psychotropic substances and the substances frequently used in their illicit manufacturing, to suppress illicit traffic and to establish and operate a system for their control.

ARTICLE II

The Contracting Parties shall adopt measures to discourage public diffusion of messages inciting or inducing the consumption of narcotic drugs and psychotropic substances.

ARTICLE III

The Contracting Parties shall establish means for enabling their respective agencies to exchange information concerning the surveillance and detection of vessels, aircraft and other means of transportation suspected of illicitly carrying narcotics and psychotropic substances or substances frequently used in their illicit manufacturing.

ARTICLE IV

The Contracting Parties shall undertake to seize and confiscate in accordance with their respective national laws and regulations any aircraft, vessel or other means of transportation used for illicit traffic in, distribution, storage or conveyance of narcotic drugs and psychotropic substances or the substances frequently used in their illicit manufacturing, as well as any equipment or materials used for these activities.

ARTICLE V

The Contracting Parties shall adopt administrative measures to:

- a) prevent the organization, management and financing of illicit cultivation, production, manufacturing and traffic of narcotic drugs and psychotropic substances;
- b) in accordance with their respective laws and regulations, establish a system destined to facilitate the identification, tracing, freezing or seizing and confiscating of proceeds as defined by the Vienna Convention of 1988.

ARTICLE VI

The Contracting Parties shall provide customs officials responsible for suppressing illicit traffic with permanent training in the investigation and confiscation of narcotic drugs and psychotropic substances and the substances frequently used for their illicit manufacturing.

ARTICLE VII

The Contracting Parties shall endeavour to assist each other in the areas of prevention of drug addiction and the treatment and rehabilitation of drug addicts.

ARTICLE VIII

The Contracting Parties shall exchange information relating to:

- a) internal situation and trends in the illicit consumption and traffic of narcotic drugs and psychotropic substances;
- b) internal norms concerning the organization of services for the prevention of drug addiction and the treatment and rehabilitation of drug addicts;
- c) data concerning the identification of individual traffickers, their associates and their methods of operation;
- d) any authorization given for the import and export of raw materials that may be used for the production of narcotic drugs including substances frequently used in the illicit manufacturing of narcotic drugs and psychotropic substances, the volume of those operations, the internal and external sources of supply, the trends and forecasts for the legal consumption of such products, so as to identify possible orders made for unlawful purposes;
- e) supervision and surveillance of the distribution and the medical prescriptions of narcotic drugs and psychotropic substances; and
- f) scientific discoveries on the subject of drug addiction.

ARTICLE IX

In order to attain the objectives of this Agreement, the Contracting Parties, through representatives of the two Governments, will meet, whenever proposed by one of the Parties, to:

- a) examine any matter regarding the implementation of the present Agreement; and

- b) present to their respective Governments recommendations deemed pertinent to the implementation of this Agreement.

ARTICLE X

The Contracting Parties agree to adopt whatever measures may be necessary to ensure compliance with the present Agreement, including procedures relating to rogatory letters exchanged between their respective judicial authorities in connection with any proceeding resulting from the execution of this Agreement. The provisions of this Article shall not be deemed to affect the rights of the Contracting Parties to request that relevant legal documents be sent through diplomatic channels.

ARTICLE XI

This Agreement may be modified by mutual consent between the Contracting Parties, in accordance with the respective constitutional provisions.

ARTICLE XII

1. Each of the Contracting Parties will notify the other when it has completed the formalities required by its internal law for approval of this Agreement, which will enter into force on the date of receipt of the second of these notifications.

2. This Agreement will remain in force for two (2) years and will be automatically extended for equal periods of time unless one of the Contracting Parties gives notice of termination through diplomatic channels. The termination will become effective ninety days after receipt of said notification.

Done in Paramaribo, on March, 1989, in two originals, each in the Portuguese, Dutch and English languages, the three texts being equally authentic. In case of divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:

[Signed — Signé]¹

For the Government
of the Republic of Suriname:

[Signed — Signé]²

¹ Signed by Paulo Tarso Flecha de Lima — Signé par Paulo Tarso Flecha de Lima.

² Signed by Edwin Sedoc — Signé par Edwin Sedoc.

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE DU SURINAM RELATIF À LA PRÉVENTION, À
LA RÉGLEMENTATION ET LA RÉPRESSION DE LA PRODUC-
TION, DU TRAFIC ET DE LA CONSOMMATION ILLICITES DE
STUPÉFIANTS ET DE SUBSTANCES PSYCHOTROPES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République du Surinam

(Ci-après dénommés « les Parties contractantes »),

Conscients que la culture, la production, l'extraction, la fabrication et la transformation illicites des stupéfiants et des substances psychotropes, ainsi que des substances fréquemment utilisées pour leur fabrication illicite, le commerce de ces stupéfiants et substances, ainsi que l'organisation, la facilitation et le financement des activités qui y sont liées, portent préjudice à leur économie et mettent en péril la santé de leurs populations au détriment de leur développement socio-économique, et menacent dans certains cas la sécurité des deux Etats;

Reconnaissant l'importance qui s'attache à la Convention des Nations Unies contre le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes (ci-après dénommée « la Convention de Vienne de 1988 ») signée à Vienne par les deux pays le 20 décembre 1988², texte où figurent des concepts qui répondent plus efficacement aux divers aspects du problème des stupéfiants;

Convaincus de la nécessité, pour les deux pays d'adopter des mesures complémentaires afin de combattre tous les types de délits liés à la culture, à la production, à la consommation et au trafic illicites des stupéfiants et des substances psychotropes;

Ayant présent à l'esprit l'intérêt qu'il y aurait à assurer un contrôle rigoureux de la production, de la distribution et de l'utilisation commerciale des matières premières et des substances fréquemment utilisées pour la fabrication illicite des stupéfiants et des substances psychotropes;

Souhaitant se doter des moyens de nature à faciliter les communications directes entre les autorités compétentes des deux Etats et l'échange permanent d'informations sur toutes les activités liées à la production, à la consommation et au trafic illicites des stupéfiants et des substances psychotropes, et

Compte tenu de leurs régimes constitutionnel, juridique et administratif,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Les Parties contractantes sont convenues de coordonner les efforts déployés par leurs autorités compétentes respectives afin de prévenir la culture, la production

¹ Entré en vigueur le 7 août 1990, soit date de réception de la dernière des notifications par lesquelles les Parties se sont informées de l'accomplissement des formalités internes requises, conformément au paragraphe 1 de l'article XII.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1582, n° I-27627.

et la consommation illicites de stupéfiants et de substances psychotropes ainsi que des substances fréquemment utilisées pour leur fabrication illicite, de mettre fin au trafic illicite et de mettre en place et appliquer un dispositif de réglementation.

Article II

Les Parties contractantes prendront des mesures de nature à décourager la diffusion dans la population de messages qui entraîneraient la consommation de stupéfiants et de substances psychotropes ou qui y inciteraient.

Article III

Les Parties contractantes mettront en place des moyens permettant à leurs organismes respectifs d'échanger des informations concernant la surveillance et le repérage des embarcations, aéronefs et autres moyens de transport soupçonnés de transporter illicitement des stupéfiants ou des substances psychotropes, ou encore des substances fréquemment utilisées pour leur fabrication illicite.

Article IV

Les Parties contractantes s'emploieront à saisir et à confisquer, conformément à leurs lois et règlements nationaux respectifs, tout aéronef, toute embarcation et tout autre moyen de transport utilisé pour le trafic, la distribution, le stockage ou le transport illicites de stupéfiants ou de substances psychotropes, ou encore des substances fréquemment utilisées pour leur fabrication illicite, ainsi que tous équipements ou matériels utilisés à cet effet.

Article V

Les Parties contractantes prendront des mesures administratives

a) Pour prévenir l'organisation, la gestion et le financement de la culture, de la production, de la fabrication et du trafic illicites des stupéfiants et des substances psychotropes;

b) Pour mettre en place, conformément à leurs lois et règlements respectifs, un dispositif destiné à faciliter l'identification, le repérage, le gel ou la saisie et la confiscation des produits de ces opérations tels qu'ils sont définis par la Convention de Vienne de 1988.

Article VI

Les Parties contractantes assureront aux fonctionnaires des douanes chargés de la suppression du trafic illicite une formation permanente à la recherche et à la confiscation des stupéfiants et des substances psychotropes, ainsi que des substances fréquemment utilisées pour leur fabrication illicite.

Article VII

Les Parties contractantes s'efforceront de se prêter mutuellement assistance en matière de prévention de la toxicomanie ainsi que de traitement et de réinsertion des toxicomanes.

Article VIII

Les Parties contractantes échangeront entre elles des informations concernant :

a) L'état et l'évolution internes de la consommation et du trafic illicites des stupéfiants et des substances psychotropes;

b) Leurs règles internes concernant l'organisation de services de prévention de la toxicomanie ainsi que de traitement et de réinsertion des toxicomanes;

c) Des informations concernant l'identification des trafiquants, de leurs complices et de leurs méthodes;

d) Tout permis délivré pour l'importation ou l'exportation de matières premières qui pourraient être utilisées pour la production de stupéfiants, y compris les substances fréquemment utilisées pour la fabrication illicite de stupéfiants ou de substances psychotropes, le volume de ces opérations, les sources intérieures et extérieures d'approvisionnement, les tendances et les prévisions de la consommation illicite de ces produits, de façon à identifier les commandes éventuellement passées à des fins illégales;

e) Le contrôle et la surveillance de la distribution et de la prescription médicale de stupéfiants ou de substances psychotropes; et

f) Les découvertes scientifiques touchant à la toxicomanie.

Article IX

Afin d'atteindre les objectifs du présent Accord, les représentants des gouvernements des deux Parties contractantes se réuniront, toutes les fois que l'une ou l'autre des Parties le proposera,

a) Pour étudier toute question concernant la mise en œuvre du présent Accord; et

b) Pour faire à leurs gouvernements respectifs les recommandations jugées pertinentes pour la mise en œuvre de l'Accord.

Article X

Les Parties contractantes sont convenues d'adopter toutes les mesures qui seraient nécessaires pour assurer le respect des dispositions du présent Accord, y compris les modalités de l'échange de commissions rogatoires entre leurs autorités judiciaires respectives en relation avec toute procédure résultant de l'exécution du présent Accord. Les dispositions du présent article ne seront pas réputées porter atteinte au droit dévolu aux Parties contractantes de demander que les pièces juridiques pertinentes leur soient communiquées par la voie diplomatique.

Article XI

Le présent Accord pourra être modifié par consentement mutuel entre les Parties contractantes, conformément aux dispositions de leurs constitutions respectives.

Article XII

1. Chacune des Parties contractantes notifiera à l'autre le moment où elle aura accompli les formalités requises par son droit interne pour l'approbation du présent Accord, qui entrera en vigueur à la date de réception de la seconde de ces notifications.

2. Le présent Accord demeurera en vigueur durant deux (2) ans et sera automatiquement reconduit pour des périodes de même durée à moins que l'une des

Parties contractantes n'en notifie la dénonciation par la voie diplomatique. La dénonciation prendra effet quatre-vingt-dix jours après la réception d'une notification à cet effet.

FAIT à Paramaribo, le 3 mars 1989, en deux exemplaires originaux, chacun en langues portugaise, néerlandaise et anglaise, les trois textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, le texte anglais prévaudra.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :

[*Signé — Signed*]

PAULO TARSO FLECHA DE LIMA

Pour le Gouvernement
de la République du Surinam :

[*Signé — Signed*]

EDWIN SEDOC
